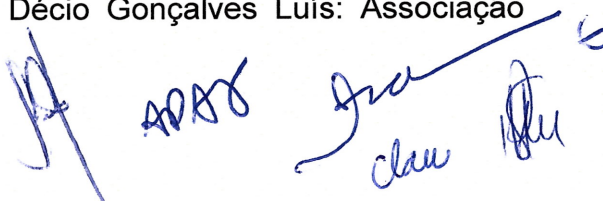


ATA DE SELEÇÃO REFERENTE À APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.941/2022, QUE TEM COMO OBJETO: Oferta e atendimento de Educação Infantil, gratuita, a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e 11 (onze) meses de idade, creche, e, em caráter excepcional, de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração Pública, crianças de 4 (quatro) anos a 5 (cinco) anos e 11 (meses) de idade, pré-escola, em período integral, primeira etapa da Educação Básica, em complementação à Rede Municipal de Ensino de Mogi Guaçu, no CEI “Décio Gonçalves Luís”, situado a Rua José Jaime de Campos, 30 – Jd. Santa Terezinha II, sendo o prédio e instalações pertencentes ao patrimônio público.

Ao 1º (primeiro) dia de fevereiro de 2023, às 09h30, **reuniram-se**, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação de Mogi Guaçu, localizado na Avenida Bandeirantes, 945, Pq. Cidade Nova, CEP: 13845-440, Mogi Guaçu/SP, os membros da Comissão de Seleção Sra. Patrícia Helena Scarabel Marchiori, Sra. Jossiana Vallim de Campos Biazotto, Sra. Claucy Aparecida Franco Eloi, Sra. Ana Paula Américo da Silva e Sra. Ana Cristina Melo, constituída pelo Decreto Municipal nº 25.025, de 18 de fevereiro de 2021 e alterada pelo Decreto Municipal nº 25.994, de 11 de abril de 2022, para a Sessão Pública do Chamamento Público nº 13/2022. Neste momento a Sra. Patrícia Helena Scarabel Marchiori conduziu a sessão do Chamamento Público, **DECLARANDO ENCERRADO O PRAZO** para a apresentação das Propostas Técnica e de Preços, constatando-se que interessou em participar do referido certame, a seguinte Organização da Sociedade Civil - OSC:

01 – Instituição Beneficente Lar de Maria – IBLM

A presidente da Comissão de Seleção, Patrícia, informou que, para auxiliar os trabalhos de análise dos planos e no esclarecimento de dúvidas que surgirem, solicita o apoio e participação da equipe técnica da Seção de Parcerias: Éverton Roberto Rodrigues, gestor das parcerias pela Secretaria de Educação. O gestor das parcerias comunicou aos membros da Comissão de Seleção que, durante a etapa de envio das propostas, duas entidades, além desta que apresentou a proposta, fizeram vistoria prévia, conforme exigência do Edital, ao CEI Décio Gonçalves Luís: Associação

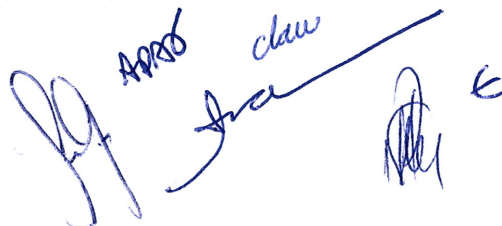


Educacional Maria do Carmo e Associação da Santa Casa de Misericórdia de Salto de Pirapora. A presidente informou ainda que no dia 27/01/2023 recebeu email da Associação da Santa Casa de Misericórdia de Salto de Pirapora no qual a entidade solicitou “Pedido de Esclarecimentos” sobre o Edital de Chamamento Público nº 13/2022 e elencou diversas ponderações e apontamentos, no entanto, conforme item 11.2.1. do Edital de Chamamento Público nº 13/2022: “Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, **deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta**, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail **terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br**. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.” Logo, o pedido de esclarecimento foi interposto fora do prazo legal, conforme determinado no Edital, mesmo assim, a presidente declarou que repassará as dúvidas apresentadas pela entidade ao Setor das Parcerias para que, encontrando algum equívoco, faça as adequações para um futuro chamamento público com mesmo objeto, visando sempre o interesse público. Dando prosseguimento, foi apresentado o envelope entregue pela instituição, o qual estava fechado e rubricado no fecho, opaco, com as informações em sua parte frontal em conformidade com o item 7.4.1 do Edital de Chamamento Público, procedendo à abertura do mesmo.

Em seguida, Sra. Patrícia Helena Scarabel Marchiori procedeu a identificação dos credenciados para a participação na sessão, conforme o **item 7.4.5 do edital**, com a apresentação do documento “Ficha de Inscrição para credenciamento para participação na sessão pública do certame” de um representante da Organização da Sociedade Civil, visando a comprovação da existência de poderes de formulação do Plano de Trabalho e prática dos demais atos de atribuição da OSC, na seguinte conformidade:

CRENCIAMENTO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CNPJ	REPRESENTANTE RG e CPF
Instituição Beneficente Lar de Maria – IBLM CNPJ 57.513.590/0007-69	Cristiane Maria Bicudo Maschio Tanganelli CPF 163.473.648-67



Em seguida, deu-se a análise do plano de trabalho, que contou com o apoio da seção de parcerias que colaborou para o saneamento de dúvidas da comissão sendo que os apontamentos foram descritos no Relatório de Julgamento e Seleção de Propostas que é parte indissociável desta ata. Destaca-se que, de modo geral, a OSC, única proponente do certame, apresentou plano de trabalho bem consistente e claro quanto às ações a serem executadas, as metas a serem atingidas, quais serão os indicadores e parâmetros que aferirão o cumprimento das metas e prazos e planilha financeira adequada ao objeto.

É importante salientar que ao ser publicado um edital de chamamento público para estabelecimento de parceria de Termo de Colaboração que a Administração Pública apresenta todos os norteadores e proposta em conformidade ao interesse público, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, em seu art. 2º: “VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)”. Portanto, o plano de trabalho é instrumento essencial a um efetivo controle de resultados antes da celebração da parceria, durante sua execução e momento posterior a sua realização. Considerando que a proposta trata de Termo de Colaboração, o qual rege o Edital de Chamamento Público n.º 13/2022, trata-se de uma necessidade de parceria da Administração Pública, a partir de uma Política Pública com norteadores delimitados, assim sendo, parte-se do princípio de apresentar o mínimo estabelecido nesse edital ou uma proposta melhor dentro do interesse público.

Quanto ao julgamento da proposta, a base fundamenta-se no Artigo 27 da Lei n.º 13.019/2014, o qual diz: “O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento”. Deste modo, seguindo os critérios do Edital e legislações, a Comissão de Seleção avalia que a proposta atende satisfatoriamente ao Edital de Chamamento Público, conforme Relatório de Julgamento e Seleção, obtendo pontuação de 88,00 (oitenta e oito) pontos.

O resultado preliminar será divulgado, no dia 02/02/2023, no site da Prefeitura <https://www.mogiguacu.sp.gov.br/servicos/49/editais-chamadas-publicas.html>, no

Clau
Jef
APD
Ja
M
E

Diário Oficial do Município e do Estado, conforme o item 7.6 do edital. A contar da data da publicação, abre-se a fase recursal. Não havendo recurso, o processo irá para homologação pelo prefeito e divulgação do resultado definitivo do processo de seleção. Desde já fica a OSC ciente de que deverá acompanhar a continuidade do processo de Chamamento Público nos locais acima mencionados. Nada mais havendo a tratar, os membros de seleção assinam esta ata.

Mogi Guaçu, 01 de fevereiro de 2023.



Patrícia Helena Scarabel Marchiori
Presidente



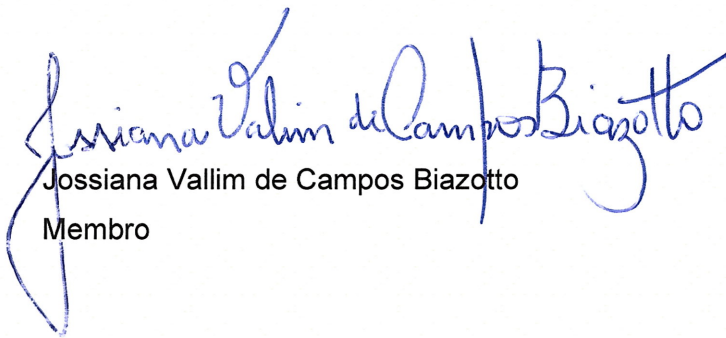
Claucy Aparecida Franco Eloi
Membro



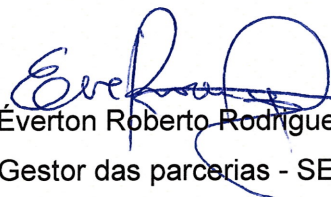
Ana Cristina Melo
Membro



Ana Paula Américo da Silva
Membro



Jossiana Vallim de Campos Biazotto
Membro



Éverton Roberto Rodrigues
Gestor das parcerias - SE